



O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E SEUS REFLEXOS NA APRENDIZAGEM

SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE AND REFLEXES IN LEARNING

¹Tiago Mengotti Alves, ²Paula Lemos Silveira

RESUMO: O presente trabalho tem por objetivo analisar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado/AEE, na área da Educação Especial, para os alunos com deficiência física, intelectual, múltipla, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro do Autismo/ TEA e altas habilidades/ superdotação - AH/SD. A pesquisa de método indutivo, abordagem qualitativa, com perguntas abertas, em que foi aplicado um instrumento de coleta de dados em forma de entrevistas, gravadas e transcritas, ocorreu em três (3) escolas municipais de Bagé, em três salas de recursos, com um grupo de seis professores, sendo responsáveis pelas salas de recursos e professores do ensino regular. Percorrendo a problemática, pretendeu-se verificar o quanto o Atendimento Educacional Especializado contribui no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, nos anos iniciais da rede pública municipal. Constatando-se que, após as análises que esse tipo de serviço é fundamental no processo de inclusão escolar, e que sem esse atendimento inviabiliza-se o acesso do aluno ao conteúdo na sala de ensino regular.

Palavras-chave Sala de Recursos, Educação Especial, Atendimento Educacional Especializado.

ABSTRACT: *The present work has the objective of analyze the contribution Of Specialized Educational Assistance / ESA, in Especial Education, for students with physical, intellectual, multiple disabilities, global developmental disorders (PDD), Autistic aspect disorder / ASD and high skills - AH / SD. The research of inductive method, qualitative approach, with open questions, in which it was applied, an instrument of data collection in the form of interviews, recorded and transcribed,*

¹ Discente, Curso de Pedagogia da URCAMP

² Prof. MSc. Curso de Pedagogia - URCAMP

occurred in three schools municipal of Bagé, in three resource rooms, in which interviews were conducted with a group of six professors, being responsible for the resources and teachers of regular education. It's Going through the problem unveiling if the customer Service Specialized Educational program contributes to the teaching learning of students with special needs In the early years of the municipal public education, noting after the analyzes this service is fundamental in the process of school inclusion, and without this assistance would not be practicable that student had access to the content in the regular teaching room.

KeyWords: Resource room, Special Education, Specialized Educational Services.

INTRODUÇÃO

O presente estudo discorre a respeito do serviço do Atendimento Educacional Especializado/AEE, na área da Educação Especial, para os alunos com deficiência física, intelectual, múltipla, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD), Transtorno do Espectro do Autismo/ TEA e altas habilidades/ superdotação - AH/SD. A pesquisa ocorreu em três escolas em três (3) escolas municipais de Bagé, em três salas de recursos, para a qual foram entrevistados seis professores, sendo três professores responsáveis pelas salas de recursos e três professores do ensino regular.

Este serviço de Atendimento Educacional Especializado está previsto em leis de âmbito federal, como na Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, aprovada em 2008 e na Resolução nº 04 de 2009 do Conselho Nacional de Educação, sendo obrigatória sua oferta pelos sistemas de ensino.

A problemática da atual pesquisa refere-se ao fato do Atendimento Educacional Especializado está realmente contribuindo com a aprendizagem dos alunos com deficiência, nos anos iniciais da rede pública municipal.

O tema surgiu como interesse na disciplina de Educação, Diversidade e Inclusão no curso de Pedagogia, assim reconhecendo a realidade desse atendimento especial, estabelece uma relação da teoria com o que realmente

ocorre na prática. Acredita-se que esse estudo, possa contribuir com alguns aspectos importantes, tais como: direito ao acesso à escolarização dos estudantes da Educação Especial; Devido à importância da temática e o aumento de alunos inseridos no atendimento especializado, justifica-se a importância do mesmo.

O presente tema tem como objetivo geral analisar a contribuição do Atendimento Educacional Especializado para a aprendizagem dos alunos com deficiência, nos anos iniciais da rede pública municipal de Bagé-RS. Os objetivos específicos que cerceiam o trabalho são: Conhecer o Atendimento Educacional Especializado; Identificar a formação do Professor da Educação Especial; Descrever a contribuição dos recursos de Tecnologias Assistivas, como apoio pedagógico; Analisar o processo de encaminhamento para Atendimento Educacional Especializado específico da presente pesquisa.

Alguns autores e legislações nortearam a pesquisa como, Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Portal de ajudas técnicas para educação; e autores como: Roberta Acorsi, Rita Berschi, Teresa E. Mantoan, Niusarete de Lima Margarida foram algumas fontes que obtive subsídios para minha pesquisa.

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é um serviço da educação especial, realizado no período contra turno ao frequentado pelo aluno no ensino regular, e sua oferta é obrigatória a todos os alunos público- alvo da educação especial (BRASIL, 2008). Essa resolução garante nova prática de ensino que atenda às necessidades desses alunos, assim os novos serviços irão contribuir para a construção de sua autonomia, e colaborar com o processo

de inclusão escolar, oferecendo condições que favoreçam o desenvolvimento desses indivíduos.

Nessa direção, o processo de mudança ocorreu, com as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, resolução nº2 de 2001, no artigo 2º, determinam que: os sistemas de ensino devem matricular os alunos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento ao educando com necessidades especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (BRASIL, 2001).

A educação especial antes atendia todas as crianças que tinham alguma necessidade especial, passando a atender crianças com uma dificuldade ou uma deficiência, ou seja, aquelas que vinham repetindo de serie.

O AEE é uma temática em evidencia no momento, pois se apresenta como um apoio significativo para as escolas regulares, tendo em vista o crescente número de alunos com deficiência que ingressam no ensino comum e a ênfase dada a este serviço principalmente após a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Torna-se necessário uma preparação adequada aos educadores, os ambientes educacionais inclusivos refletem esse cenário de contestação e exigem que se retracem os seus contornos, para que se alinhem às inovações e mudanças propostas por estes novos tempos (MANTOAN, 2008, p.10). Portanto, a educação inclusiva provoca o repensar das práticas na escola comum, por meio de ações que atendam as diferenças considerando também os distintos contextos, que este sujeito faz parte.

A inclusão implica uma reforma radical em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamentos dos alunos em sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que todos sintam bem vindos e celebra a

diversidade que como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou deficiência (MITTLER, 2003, p.34).

Nesse sentido, a proposta inclusiva demanda uma reforma na estrutura educacional. A organização dos alunos nos espaços educativos, o currículo deve ser repensado, assim como as formas de avaliação, vivenciando deveres e direitos garantidos pela constituição de maneira igual. Reforçando a ideia o autor descreve que:

É necessário o educador responsável por atendimento a alunos com necessidade especial, promover estímulos a suas capacidades cognitivas procurando as melhores técnicas e metodologias para obter resultados expressivos em seu aprendizado. Assim, aprender a lidar com as diferenças é tarefa de todos, pois ninguém pode ser excluído de ser capacitado para a inclusão. Todos tem algo a aprender sobre ela (MITTLER, 2003, P.183).

Nesse cenário, o uso de recursos e materiais variados nas salas do atendimento especializado é de extrema importância para contribuir com a aprendizagem e o desenvolvimento de vários aspectos nos alunos. No entanto, é preciso os educadores estar dispostos a inovar, aceitar novos recursos tecnológicos como ferramentas efetivas para facilitar o aluno com necessidade especial, conforme segue o próximo capítulo.

OS RECURSOS UTILIZADOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA, COMO APOIO PEDAGÓGICO.

O tema da tecnologia assistiva nasceu associado à ideia de reabilitação e era inicialmente vinculado à prática de profissionais da saúde. A mudança de entendimento sobre o que é a deficiência e a eliminação de barreiras que são impostas no meio em vive. Nesse sentido, os impedimentos de

participação em atividades e a exclusão das pessoas com deficiência são hoje um problema de ordem social e tecnológica e não somente um problema médico ou de saúde.

Em agosto de 2007, o comitê de ajudas técnicas (CAT) aprovou o termo tecnologia assistiva como sendo o mais adequado e passa a utilizá-lo em toda a documentação legal produzida. Dessa forma, estimula que o termo tecnologia assistiva seja aplicado nas formações de recursos humanos, nas pesquisas e referenciais teóricos brasileiros. De acordo, com a definição proposta pelo comitê de ajudas técnicas (CAT), afirma que:

Tecnologia assistiva, é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT, 2007).

É fundamental que as pessoas e principalmente as que possuem algum tipo de necessidade especial sintam-se inseridas na sociedade, de tal forma que possam acessar recursos na web e participar de cursos a distancia.

Consideram-se ajudas técnicas os produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia adaptados ou especialmente projetados a melhorar funcionalidade de pessoas portadora de deficiência, com habilidade reduzida favorecendo autonomia pessoal, total ou assistida, (LIMA, 2007, p.21).

Nesse contexto, equipamentos como o computador se constitui num recurso importante para expressão do aluno, além de outros materiais que o professor pode lançar mão, para permitir o acesso do conhecimento da criança.

Podendo auxiliar principalmente nos conteúdos em aula, assim como nas avaliações.

O Ministério da Educação introduziu o serviço de tecnologia assistiva nas escolas públicas por meio das “Salas de Recursos Multifuncionais” (SRM). Essa ferramenta estando disponível na escola, visando à superação das barreiras à plena participação do aluno nos vários projetos, experimentos, acesso informações, comunicação, produções e registros pessoais. A Política Nacional da Educação Especial, efetiva programas que disponibilizam recursos e serviços de (TA) nas escolas. Como destaques estão:

Materiais e produtos que favorecem o desempenho autônomo e independente em tarefas rotineiras ou facilitam o cuidado de pessoas em situação de dependência de auxílio, nas atividades escolares como, aranha mola para fixar a caneta, pulseira de imã estabilizadora da mão, plano inclinado, engrossadores de lápis, virador de página por acionadores (BERCH, 2013, p.10).

Adiciona-se a isso, desconstituir paradigmas na ação educacional, quando esta é preparada e exercida levando-se em conta a diversidade existente na escola e o seu valor, na qualificação da educação para todos. As salas de recursos é o local, onde ocorre todo esse trabalho com objetivo de auxiliar os alunos com deficiência.

SALA DE RECURSOS

As Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), em sua grande maioria foram instaladas nas escolas públicas de ensino regular, “a partir de 2005, por meio de um programa de implantação do “Ministério da Educação”, a fim de favorecer a oferta do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2010). As salas de recursos são espaços da escola, onde se realiza o atendimento específico de alunos com deficiências, matriculados na escola comum.

Dessa forma, o atendimento nessas salas tem como objetivo principal organizar o serviço educacional, por um professor especializado num ambiente com materiais pedagógicos, equipamentos adequados às necessidades educacionais dos alunos, que apresentam dificuldade acentuada em relação a aprendizagem, vinculadas a algum tipo de deficiência. No entanto, esse processo de instalação das (SRM) ocorreu devidamente por “um programa instituído a partir dos preceitos da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008). Segundo, está normativa instituiu-se nacionalmente e proposta oficial com o foco principal a atender alunos da educação especial, sendo espaço prioritário para a realização do atendimento especializado.

Portanto, é um espaço da escola comum abastecido de materiais didáticos, pedagógicos e de tecnologia assistiva, onde atuam profissionais com formação específica para o atendimento dos alunos com deficiência. De acordo, com o autor (BAPTISTA, 2011, p.61), SRM assume um “protagonismo na política educacional brasileira relativa à educação especial e a inclusão escolar”. Nesse sentido, a formação de cada profissional é ligada a execução de determinada atividade, no que refere-se ao professor é necessário uma preparação adequada. Assim, o autor aponta o fato que “a pluralidade de ações previstas para o educador nem sempre esteve nas propostas que caracterizam as salas de recursos” (BAPTISTA, 2011, p.66).

O professor que deseja desenvolver uma ação pedagógica que contemple as necessidades dos alunos por meio das salas de recursos multifuncionais (SRM) precisa ter uma formação que considere a real importância desse trabalho. Não adianta ter consciência ou sendo sensíveis esses profissionais, porque são indispensáveis os conhecimentos específicos.

FORMAÇÃO PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O profissional que atua neste atendimento é o professor da educação especial, que possua formação específica na área educacional ou obtenha alguma especialização numa deficiência exclusiva. Esse atendimento é realizado no contra turno escolar, as necessidades e potencialidades são trabalhadas, para oferecer novos caminhos para aprender, ao público-alvo da educação especial e de fato ter suas diferenças atendidas e respeitadas. Este atendimento é definido pela “Política Nacional da Educação Especial”, tendo como:

Função, identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, 2008, p.10).

Desse modo, observando a citação acima, que o AEE é um atendimento com caráter complementar ao ensino regular, sendo importante para a formação do aluno, pois é neste espaço que será abordado os campos conceituais os quais permitirão maior compreensão dos temas trabalhados em sala de aula, com aspecto de focar nas necessidades dos alunos.

A resolução nº 4, de 2009, indica que “para atuação no AEE, o professor deve ter formação inicial que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a educação especial” (BRASIL, 2009, p.3). Mas não há uma especificação acerca do conhecimento necessário ao professor do AEE

com base no trabalho na SRM e nem a indicação de uma formação diferenciada daquela já existente.

Portanto, a formação do docente para o AEE, num primeiro ato refere-se ao comprometimento com o processo de emancipação humana da pessoa com deficiência, a qual precisa ser constituída por referenciais teóricos que garantam subsídios ao saber do professor. Este precisa compreender o sujeito com deficiência sob uma perspectiva que supere o domínio do processo de ensino de conteúdos escolares, de modo que possa mediar o aluno ao conhecimento diferenciado e com metodologia flexível.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa explicativa, descritiva, qualitativa, a partir do método indutivo. A abordagem do problema é qualitativa uma vez que os dados foram coletados a partir de uma observação participante e entrevistas com perguntas abertas. Após a coleta os dados dos encontros ocorreram à transcrição em áudio e a organização do material submetido à análise, iniciando pela leitura flutuante. As transcrições foram submetidas à análise de conteúdo e as informações classificadas com o objetivo de responder à problemática da pesquisa.

A análise dos dados é uma das fases mais importantes da pesquisa, pois, a partir dela, é que serão apresentados os resultados e a conclusão da pesquisa, a Análise de Conteúdo, segundo MINAYO (2007), desdobra-se nas etapas pré-análise, exploração do material ou codificação e tratamento dos resultados obtidos/interpretação. A etapa da pré-análise compreende a leitura fluente, construção do corpus, formulação e reformulação de hipóteses ou pressupostos. Os dados coletados em três (3) escolas do município de Bagé, onde as entrevistas agendadas com antecedência junto aos professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e professores do ensino regular, a

qual a recepção foi muito positiva, pois todas entrevistadas gostaram da proposta da referida pesquisa e prontamente contribuíram com informações relevantes. O tempo de duração das entrevistas foi de aproximadamente quarenta minutos.

Nesse momento, considera-se ideal para a discussão desse texto analisar os quatro temas: A Identificação e Encaminhamento para o AEE, Recursos Tecnologia Assistiva, Perfil do Professor e A Contribuição do AEE para Aprendizagem dos alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A IDENTIFICAÇÃO E ENCAMINHAMENTO PARA O AEE

De acordo, com as narrativas das participantes, o processo de identificação para o atendimento educacional especializado (AEE), dar-se através do professor do ensino regular que identifica o aluno com alguma necessidade especial ao perceber dificuldade acentuada na aprendizagem ou quando o mesmo possui ou não laudo médico. Segundo, as Diretrizes Nacional da Educação Especial na Educação Básica, artigo 6 que para a identificação das necessidades especiais dos alunos e tomada de decisões quanto o atendimento, é ideal:

A experiência de seu corpo docente, seus diretores, coordenadores, orientadores e supervisores educacionais; o setor responsável pela a Educação Especial do respectivo sistema; a colaboração da família e cooperação dos serviços de saúde, assistência social, justiça, bem como ministério público, quando necessário (BRASIL, 2001, p.70).

Nessa direção, as escolas em que foram realizadas as entrevistas estão realizando o processo de identificação e encaminhamento do aluno para o

atendimento especializado de maneira correta, onde toda a equipe fica de alguma maneira responsável por uma parte desse processo.

O processo de encaminhamento e identificação dos alunos com algum tipo de necessidade especial, o professor do ensino regular identifica alguma dificuldade acentuada do aluno, posterior conversa com a supervisora que ira buscar informações junto ao AEE. A professora do AEE entrega uma ficha de identificação para o preenchimento da professora do ensino regular, logo após os responsáveis são chamados para uma entrevista, se necessário para determinado aluno solicita-se laudo clinico (PROFESSORA, A, AEE).

Nesse sentido, constatou-se que os familiares, também tem seu papel fundamental nesse processo, pois aceitar que seu filho necessita de diagnóstico clínico ou pedagógico. Num primeiro momento é difícil, porém necessário para uma melhor qualidade no seu desenvolvimento cognitivo. Assim é importante refletir da importância desse atendimento e que realmente funcione nas escolas e em outras instituições de apoio educacional.

O processo de encaminhamento e identificação ocorre em conjunto com a professora de aula e a supervisora escolar, onde encaminham o aluno para o AEE obtendo assim um laudo pedagógico e se necessário ela solicita uma intervenção clinica, pois muito desses alunos frequentam centros de apoio como, a APAE e Caminho da luz (PROFESSORA, C, AEE).

Dessa forma, o atendimento clínico altera de acordo com a necessidade do aluno. Quando há uma necessidade maior, a professora exige imediatamente o laudo medico, para que não se perca tempo. Evidencia também a importância dos centros de apoio nesse processo, pois é um atendimento diferente, mais completo e colaborador no seu desenvolvimento físico e mental. A professora sala de aula regular contribuiu com informações

importantes. Relatou que o processo de encaminhamento e identificação acontece:

Através de sua observação na aula ou o aluno já chega com laudo de avaliação por especialista, logo em seguida o supervisor encaminha o aluno ao AEE. Os contatos estabelecidos com a professora do AEE são promovidos reuniões mensais ou de acordo com a necessidade, onde se montam estratégias de ensino e os objetivos que espera atingir com cada aluno (PROFESSORA, D).

Nesse momento, fica nítido que é preciso todo o envolvimento da equipe escolar e que é preciso comprometimento desses profissionais, para que todo esse processo aconteça, para iniciar esse atendimento. Esse diálogo é muito relevante entre os profissionais, pois irá contribuir significativamente no seu aprendizado.

MATERIAIS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

Existem vários materiais de tecnologia assistiva disponíveis na sala do AAE, recursos esses utilizados como apoio pedagógico, conforme a necessidade é muito acentuada do aluno, porém em sua maioria as professoras é que produzem materiais facilitam o aluno na sala de aula.

O AEE aparece como garantia da inclusão e a tecnologia assistiva com seus equipamentos adaptados e jogos softwares específicos, como ferramentas que favorecem esse aluno a ser atuante e sujeito do seu processo de desenvolvimento e aquisição de conhecimentos (BERCH, 2013).

Nesse sentido, o desafio da inclusão é considerar que as tecnologias assistivas possam facilitar e auxiliar o trabalho pedagógico no espaço escolar, com o objetivo de minimizar as diferenças que venham a prejudicar as relações

educacionais.

A professora relata que o MEC os fornece e materiais em libras e braille. Como novidade nesse processo destacou uma quantidade de equipamentos, para atender diversos tipos de necessidades especiais, e que agora a escola está montando uma sala específica com esses materiais, onde será construído um polo de tecnologias, visando atender todas as outras escolas do município de Bagé (PROFESSORA, A, AEE).

É possível perceber na entrevista da professora A, que esses materiais como Softwares, teclados adaptados e de colmeia, lupas e prancha de comunicação contribuem muito na apropriação de autonomia, melhora percepção dos fatos e independência do aluno que necessita desses recursos de acessibilidade ao conteúdo. São componentes que auxiliam o aluno a romper dificuldades e obstáculos impostos no seu acesso ao processo.

PERFIL DO PROFESSOR DO AEE

Todas as profissionais entrevistadas são do sexo feminino, onde todas são graduadas em Pedagogia, sendo as três do AEE possuem especialização em Educação Inclusiva e duas são especializada em Educadora Especial. Duas do ensino regular possuem especialização em supervisão escolar. Nesse sentido, ficou evidente que possuem a formação adequada para trabalhar na educação especial, procuram estar sempre atualizadas com cursos específicos na área da educação inclusiva, que oriente e facilite sua prática pedagógica. Nessa perspectiva, autor afirma que:

É de fato que a inclusão escolar traz em si um novo paradigma, sendo assim torna-se imprescindível que a formação dos professores seja direcionada nessa perspectiva. No novo perfil, espera-se que o professor

seja capaz de compreender e praticar a diversidade e esteja aberto a práticas inovadoras (MITTLER, 2003).

Portanto, deve-se aprimorar e especializar em novos conhecimentos visando atender as características individuais (habilidades, necessidades, interesses e experiências etc.) de cada aluno, a fim de planejar aulas que levem em conta suas necessidades e estar receptivos a novos métodos, técnicas de ensino.

A professora do AEE da escola A relatou sua formação, possui graduação em Pedagogia, especialização em Educadora Especial, e no Atendimento Educacional Especializado com ênfase em déficit intelectual e cursos de Tecnologia assistiva e libras (PROFESSORA A, AEE).

É graduada em Pedagogia, especializada em Psicopedagogia e em Educação Inclusiva, e está constantemente atualizando-se com cursos ofertados pela secretaria de educação (PROFESSORA C, AEE).

Conforme a descrição das professoras ficou evidente que possuem os requisitos necessários para atuar nas salas do AAE, pois ambas tem formação adequada e específica para trabalhar junto a alunos com necessidade de atendimento especializado, constata-se que estão sempre atualizadas realizando cursos de aperfeiçoamento na área.

CONTRIBUIÇÃO DO AEE PARA APRENDIZAGEM

Nesse momento, evidencio-se a importância de responder o problema da pesquisa, pode-se perceber que o AEE de fato é o complemento essencial para o processo de aprendizado dos alunos e como suporte pedagógico para os professores do ensino regular, “a flexibilidade do professor em relação a sua prática pedagógica são decorrentes das necessidades de adequar o ensino as características do aluno, essa prática requer experiência do professor”

(ZANATA, 2004 p.132). No entanto, as professoras com grande experiência de magistério consideram que, sem esse atendimento do AEE o processo de inclusão no ambiente escolar seria muito difícil. Dessa forma, a professora da escola I do AEE, afirma:

Tem a convicção que a contribuição do AEE para aprendizagem dos alunos é fundamental no seu desenvolvimento cognitivo, embora os avanços demorem algum tempo, pois possuem características individuais diferentes de outros alunos, como seu raciocínio, a linguagem e letramento mais lento, mas que é necessário ampliar o processo educativo e que a escola não seja um espaço fechado e sim de mudança de vida de todos (PROFESSORA, A, AEE).

Nessa direção, o atendimento ofertado é considerado pelas participantes como algo diferenciado, com objetivo bem definido na sua prática pedagógica, que é propiciar ao aluno se desenvolver, facilitar seu aprendizado dentro escola e além da dela. A professora da escola D da do ensino regular em sua opinião diz que:

A existência da sala do AEE é de uma relevância imensa. Como professora de sala de aula não possuímos o conhecimento específico sobre as diversas deficiências que se apresentam e sem o apoio especializado seria impossível realizar um bom atendimento. A avaliação é feita por observação e de acordo com os objetivos atingidos ou não (PROFESSORA, D).

Portanto, considerar a dificuldade na aprendizagem como sendo um problema do sujeito é muito simples, a escola e os profissionais não devem isentar-se, mas criar as condições mínimas ou recuperar os alunos com dificuldades, para que possam acompanhar o ensino regular.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados coletados constatou que o processo de identificar e encaminhar o aluno ao AEE, o professor da sala de aula identifica alguma necessidade especial ou dificuldade de aprendizado do referido aluno, logo contata a supervisora que é uma figura essencial nesse processo, pois ela encaminha o aluno a uma avaliação pedagógica no AAE. Após, isso a professora chama os responsáveis para comunicar a necessidade do atendimento de seu filho e solicita uma avaliação clínica e começa a ter acesso ao conteúdo onde a professora do AEE será um agente facilitador nesse processo de ensino aprendizagem. De acordo, com as entrevistadas a utilização de tecnologias assistivas e materiais pedagógicos conforme a necessidade de cada aluno. Os equipamentos de tecnologia alta são fornecidos pelo MEC, existem recursos que as próprias professoras confeccionam para estabelecer os primeiros contatos com os números, desenhos, as letras e escrita, pois esse processo de alfabetizar os alunos com deficiência é sempre contínuo e duradouro, que requer muita persistência, dedicação, paciência e muita vontade do professor em ser agente transformador na área educacional.

Em relação à formação dos professores que atuam no AEE, constatou-se que todos possuem licenciatura em Pedagogia e Especialização na área da Educação Especial, Educação Inclusiva com ênfase em Déficit Intelectual e Educadora Especializada e cursos de libras e tecnologia assistiva, pois são de formação continuada que a Secretaria de Educação fornece as professoras.

A contribuição do AAE para o aprendizado do aluno contou ser de suma importância, que esse atendimento é colaborador e facilitador do aluno ao conteúdo no ensino regular, utilizando ferramentas e recursos que estimulem suas potencialidades.

Pode-se refletir que o professor especializado tem papel fundamental dentro do contexto escolar, na sua prática pedagógica que exige muita

dedicação e consciência que pode modificar vidas, pois ele irá mediar o processo de aprendizagem para alunos que tiveram pouco ou nenhum acesso ao conhecimento.

REFERÊNCIAS

ACORSI, ROBERTA. **Aprendizagem e inclusão: Implicações curriculares/** Maura Corcini Lopes, Elí Henn Fabris, organizadoras. Santa cruz do Sul: EDUNISC 2010.

BAPTISTA, C. R. **Ação pedagógica e educação especial: a Sala de recursos como prioridade na oferta de serviços especializados.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.17, p.59-76, mai./ago. 2011.

BERSCH, R. **Tecnologia e Educação.** Porto Alegre: 2013. Disponível em <http://www.assistiva.com.br> • rita@assistiva.com.br, Acesso em: 29 de março de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação Especial. **Diretrizes para Educação Especial na Educação Básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação Secretaria da Educação Especial. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, 2010.**

BRASIL, Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. **Institui as Diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica – Modalidade educação especial.** Brasília: 2009.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: 2008. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos.pdf> acesso em: 20 de janeiro 2017.

BRASIL. **Documento orientador programa implantação de salas de recursos multifuncionais.** Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?tion=com_content&view=article&id=17430&Itemid=817>. Acesso em: 10 de março de 2017.

BRASIL, Secretaria Especial dos Direitos Humanos Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência **Comitê de Ajudas Técnicas.** Disponível em <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2017.

LIMA, N. M. **Legislação Federal Básica na área da pessoa portadora de Deficiência.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2007.

MANTOAN, Tereza. **A escola flexível e a pedagogia das diferenças.**

Atores da inclusão na universidade: formação e compromisso / organização: M. Teresa E. Mantoan, M. Cecília C. Baranauskas - Campinas, SP: UNICAMP/Biblioteca Central Cesar Lattes, 2009.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva: Contextos Sociais.** Porto Alegre: Artmed 2003.

MINAYO, M.C.S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.